

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Jornal de Brasília Class.: 19Data: 04/10/85 Pg.: _____**Funai tem de explicar
446 8
exploração de madeira**

O procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, enviou ofício ao presidente da Funai, Alvaro Villas-Boas, exigindo explicações do órgão para que se manifeste "sobre denúncia de risco iminente de desvio de finalidade da Fundação com lesão ao patrimônio indígena e público", no caso dos índios Mequêns, do município de Cerejeira (RO).

A decisão do procurador tem como base denúncia encaminhada à Procuradoria-Geral da República pelos antropólogos Mauro Leonel, Betly Mindlin e pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Segundo a denúncia, nove empresas estão instaladas na área indígena do rio Mequêns, explorando ilegalmente o patrimônio indígena e da União. Entre elas encontra-se a Lavrama do Norte Comércio e Indústria de Madeira Ltda. Essa empresa teve suas máquinas e madeiras apreendidas pela Polícia Federal, em ação conjunta com a PM de Rondônia, IBDF, antropólogos e funcionários da Funai, em agosto passado.

A madeira Lavrama, de acordo com o termo de apreensão, encontra-se na área indígena há três anos e, "em julho trouxe a seu pátio 1.255,838 metros cúbicos de mogno de primeira qualidade, ou seja, com lucro bruto de US\$ 753.600 dólares. Se considerarmos apenas - diz o relatório - a metade da entrada no pátio como aproveitável à exportação, ou perdido em investimentos, assim mesmo teríamos um lucro líquido mensal de US\$ 376.800, em prejuízo dos índios e da União". Esse relatório é assinado pela Polícia Federal e IBDF, além dos antropólogos.

Apesar dessa apreensão, o presidente da Funai, Alvaro Villas-Boas, atendendo parecer de seu diretor do Departamento de Patrimônio Indígena (DPI) Heráclito Ortiga, enviou para a área indígena um grupo com a finalidade de liberar máquinas da madeira Lavrama.

Em sua portaria, da última segunda-feira, Villas-Boas põe em dúvida a iden-

tidade desses índios, determinando que a comissão esclareça qual "o grupo, ético e o tronco linguístico a que pertencem e a língua corrente ali falada e se são brasileiros ou egressos de país vizinho tem caso positivo, qual país". Ocorre que esses índios foram contatados pela primeira vez em 1720 pelo viajante Antonio de Mello Palheta, quando cruzou o rio Guaporé em expedição organizada pela Coroa Portuguesa.

Diz ainda Villas-Boas que toda a viagem do grupo da Funai será paga pela madeira - a empresa Lavrama fará à Funai o ressarcimento de todas as despesas com o deslocamento e estadia dos servidores desta missão.

De acordo com denúncia feita pelos sertanistas Porfírio Carvalho, Ezequias Heringer, Odenir Pinto de Oliveira e Cláudio Romero, demitidos da Funai, a portaria do presidente do órgão foi baseada em memorando do diretor do Departamento de Patrimônio Indígena, Heráclito Cunha Ortiga.

Nesse memorando, de 19 de setembro, o diretor do DPI sugere "que o equipamento da serraria seja todo ele retirado para se ser transportado à outra serraria da firma, em Cacoal: que seja permitido à serraria funcionar até que a área indígena fique definitivamente oficializada" e, finalmente, uma sugestão para reduzir a área dos Mequêns "que se faça nova delimitação deixando de fora o quadrado a nordeste (da área), onde se encontra a serraria". O procurador jurídico da Funai, Alvaro Reinaldo foi ouvido no caso e manifestou-se contrário à decisão. Como seu parecer não foi considerado, ele pediu demissão.

Participam do grupo que foi a área dos Mequêns os funcionários Francisco de Assis da Silva, que responde a processos de corrupção na Funai e Walter Mendes e José Vieira Duarte. Eles têm o prazo, até hoje, para obedecer as determinações de Alvaro Villas-Boas, segundo portaria do presidente da Funai.